



## **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: uma análise sobre o município de Vitória da Conquista/BA**

**Gisele Paixão Pereira<sup>1</sup>**  
**Josias Alves de Jesus<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo geral deste trabalho é construir um diagnóstico socioeconômico do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Vitória da Conquista/BA, entre os anos 2002 e 2018, a partir da perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Isso porque, após um longo período de declínio dos dados sobre insegurança alimentar, a fome volta a crescer em todo o mundo. No caso do Brasil, que já foi referência mundial sobre o tema, as mudanças políticas causam preocupação quanto a continuidade da Política de SAN e o PAA é um dos programas que conseguiu se manter desde 2003 até 2021. A metodologia utilizada foi o método de abordagem hipotético-dedutivo e as pesquisas exploratória e descritiva. A parte descritiva foi feita por meio de estudo de caso com os gestores locais, agricultores familiares e unidades receptoras que participam do PAA em Vitória da Conquista. Para tanto, as técnicas de pesquisa utilizadas na coleta de dados são a pesquisa bibliográfica e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com ênfase tanto na análise qualitativa quanto em dados quantitativos, para melhor dimensionar os resultados do Programa. O estudo mostrou que o PAA possibilitou mudanças socioeconômicas positivas no município estudado, sobretudo, garantindo a SAN de fornecedores e receptores de alimentos e incentivando a agricultura familiar, por meio da compra de sua produção agrícola. Todavia, diversos pontos negativos foram identificados no Programa, ocasionados principalmente pela redução dos investimentos e das responsabilidades atribuídas ao governo federal, que onera sobremaneira os municípios e dificulta a adesão ou continuidade destes no PAA.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Programa de Aquisição de Alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional; Vitória da Conquista/BA.

<sup>1</sup> Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – BA, Brasil. Bolsista FAPESB. E-mail: giselepaixaocoo@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, Brasil. E-mail: josiasalves@uesb.edu.br.



## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de todo o progresso humano, a insegurança alimentar é um dos problemas mais antigos da sociedade, inclusive na sua forma mais grave que é a fome. Tal fato ampliou o debate sobre o tema “Segurança Alimentar e Nutricional” (SAN) no campo teórico, nas cúpulas supranacionais e nas políticas públicas das últimas décadas. O objetivo essencial que permeia a SAN “[...] é assegurar que todas as pessoas tenham, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos básicos de que necessitem” (MENEZES, 2001 *apud* GOMES JR; ALMEIDA FILHO, 2010, p.21).

Trata-se, dessa forma, de criar políticas que respeitem os hábitos alimentares e culturais, garantindo ainda a saúde da população e práticas sustentáveis. No caso específico do Brasil, o receio de um retrocesso no número de pessoas que saíram da situação de insegurança alimentar está relacionado principalmente às mudanças políticas ocorridas no nível federal e à crise econômica e sanitária, que causou aumento do desemprego e cortes orçamentários. Vale destacar que o país foi considerado referência mundial no tratamento da SAN durante muito tempo em virtude da Estratégia Fome Zero, implantada a partir de 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Entretanto, após o governo do presidente Lula, a Estratégia Fome Zero foi se desfazendo e alguns de seus programas e políticas se desmembraram entre os ministérios existentes, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA foi criado em 2003 para atuar de forma intersetorial, comprando alimentos de agricultores familiares a preços compatíveis aos de mercado e repassando às pessoas em situação de insegurança alimentar e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Logo, o Programa possui dois objetivos básicos, que são promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (BRASIL, 2012).

Considerando os efeitos e/ou alterações que uma política pública pode ocasionar em um ambiente, a pesquisa procurou construir um diagnóstico socioeconômico do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Vitória da Conquista, Bahia, a partir da perspectiva da SAN. A metodologia utilizada foi o método de abordagem hipotético-dedutivo e as tipologias exploratória e descritiva. Já a parte descritiva, foi feita por meio do procedimento de estudo de caso com os atores sociais que participam do PAA em Vitória da Conquista/BA. O trabalho se justifica por sua conotação social, econômica e política.

O estudo, além desta introdução e da conclusão, se divide em outras cinco seções. A primeira parte apresenta a revisão bibliográfica sobre o tema. Na seção 2, está a



metodologia e, nas demais, são apresentados os resultados da pesquisa empírica realizada com gestores locais, os agricultores e instituições beneficiárias que participam do Programa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa de Aquisição de Alimentos é considerado uma das iniciativas mais promissoras sob a perspectiva da SAN. Swensson (2015 *apud* SILVA; LORENZO, 2015) destaca que o Brasil foi o primeiro país a desenvolver um programa institucional de compras de alimentos através de uma conexão direta entre o desenvolvimento da demanda estruturada de pequenos proprietários agricultores e uma estratégia de segurança alimentar. O PAA foi instituído através da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que sofreu alterações com base na Lei nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011. Segundo este dispositivo legal, as principais finalidades do Programa são:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2011).

Para alcançar esses objetivos, por sua vez, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2012).

Para melhor elucidar os múltiplos e diferentes atores sociais que compõem o PAA, pode-se dividi-los em quatro grupos principais, a partir de suas funções, a saber: gestão, execução, recursos e atores locais. O primeiro grupo, o Grupo Gestor (GGPAA), é composto pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), pelo Ministério da Fazenda (MF) e pelo Ministério da Educação (MEC). Já o orçamento do PAA é composto por recursos do MDS e MDA. A execução, por outro lado, fica sob a competência da CONAB, dos Estados e dos



Municípios. Por fim, tem-se os atores locais, que se referem aos conselhos locais, às associações de agricultores, às cooperativas e às entidades filantrópicas (BRASIL, 2012).

Sobre os procedimentos de operacionalização do programa, Brasil (2012) afirma que até o ano de 2012, o PAA foi executado por meio de convênios com o MDS. Todavia, através do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, abriu-se a possibilidade de execução do Programa de Aquisição de Alimentos também mediante a celebração de Termo de Adesão. Com esse novo instrumento, buscou-se proporcionar a ampliação do Programa, reduzir a burocracia, além de possibilitar a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que o recebe por meio de um cartão bancário específico para o recebimento dos recursos do PAA (BRASIL, 2012).

Não obstante, o novo modelo de operação segue o seguinte fluxo: Solicitação de senha para acessar o Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA), assinatura de Termo Adesão, pactuação de valores e metas entre os entes (estados, municípios e consórcios públicos) e o MDS, publicação de portaria ministerial propondo valores e metas físicas, aceite por parte dos entes do Plano Operacional, pactuação local, cadastramento da Proposta no SISPAA pela Unidade Executora, aquisição e distribuição de alimentos, pagamento de Fornecedores e Apoio Financeiro aos Executores (BRASIL, 2012).

Vê-se, assim, que houve uma informatização do Programa, sendo que as unidades executoras passam todas as informações da demanda local para o MDS, via SISPAA, e os pagamentos deixam de ser feitos pelos executores e são creditados diretamente em conta bancária, o que aumenta a transparência do Programa. Vale destacar que os valores pagos aos fornecedores diretamente ou por meio de suas organizações são preços de referência definidos pela CONAB, publicados anualmente, de cada produto apto a ser adquirido ou via preços definidos conforme metodologia estabelecida pelo GGPA, o uso de um ou outro é dependente da modalidade de aquisição (BARRETO, 2015).

O Programa admite seis modalidades de participação através das unidades fornecedoras que se distinguem por seus objetivos, pelos tipos de produtos adquiridos, pela forma de aquisição, pelo limite financeiro, pelo destino dado aos produtos e pela origem e operacionalização dos recursos. São elas: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra de Sementes e Compras Institucionais <sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Para maior detalhamento sobre as modalidades de participação acessar World Without Poverty (2015).



Cabe destacar que, segundo Grisa *et al.* (2011) o PAA possui potencial para promover o desenvolvimento rural, preservando os hábitos culturais, promovendo um efeito multiplicador de renda e uma melhoria dos hábitos alimentares. Todavia, os autores identificaram pontos do Programa que merecem mais atenção em relação aos aspectos operacionais e logísticos, a saber: a burocracia exigida para conseguir a DAP e para ser unidade beneficiária; as dificuldades para transportar os produtos do local de produção até o local de consumo e a falta de assistência técnica, uma vez que os agricultores sentem dificuldades para se organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA. Por fim, Grisa *et al.* (2011) citam outras deficiências do Programa, tais como as estruturas inadequadas de armazenamento e conservação dos alimentos até o momento do consumo e a carência de serviços de inspeção sanitária.

Valadares e Souza (2015) também corroboram da ideia de Grisa *et al.* (2011) de que o Programa de Aquisição de Alimentos é importante para a criação de mercados da agricultura familiar, pois a garantia de compra da produção e a autonomia em relação aos atravessadores estimulam os agricultores a planejar suas atividades, a envolver a mão-de-obra da família em vista da oportunidade de comercialização e a privilegiar a cultura de gêneros alimentícios adquiríveis pelo Programa.

Contudo, eles questionam a substituição do modelo de *convênio* pelo modelo centrado nos *termos de adesão*, ocorrida no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), o que onerou sobremaneira os municípios, que passaram a ser responsáveis por toda a logística e operacionalização do Programa. O novo desenho operacional aprofundou o processo de descentralização, transferindo para as unidades executoras a responsabilidade pela execução da política, seu planejamento, administração e fiscalização. Ademais, convênios disciplinam a transferência de recursos financeiros e o termo de adesão, por seu turno, tem caráter geral de pactuação (não trata de repasse de recurso financeiro), o que reduz a burocracia mas não garante o financiamento do Programa (VALADARES; SOUZA, 2015).

Assim, a participação no PAA se torna cara para os municípios mais pobres, que tem um custo com a administração do Programa e, em contrapartida, não tem uma certeza sobre o montante financeiro que será liberado anualmente para aquisição dos alimentos. Junta-se a isso o fato de que, enquanto o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é utilizado por todos os municípios, devido a sua obrigatoriedade, a utilização do PAA é facultativa (SILVA; LORENZO; 2015), o que a torna sujeita à agenda político-partidária da gestão pública.

Para Cavalcanti (2016), é inegável a relevância dessa política no Nordeste que é uma região marcada por intensas vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais. Porém,



existem falhas nos aparatos do Programa que permitiram reduções nos recursos, nos volumes da produção e na participação em todas as regiões (CAVALCANTI, 2016). Sobre a questão orçamentária, os dados de Brasil (2018), comprovam que, a partir de 2012, houve quedas sucessivas nos volumes de recursos financeiros do PAA que são geridos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e o MDS, sendo que a redução mais significativa foi de 61,72% entre 2012 e 2013, quando o valor passou de R\$ 586.567.131,00 para R\$ 224.517.124,00.

Tal fato causa preocupação em relação à continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos, pois não se sabe até que ponto os agricultores familiares ainda dependem dessa política para criação de seus mercados. Todavia, parece haver quase que um consenso na literatura de que o PAA tem sido favorável à garantia da SAN, ao desenvolvimento rural e ao abastecimento alimentar interno do Brasil, ao que pese as limitações aqui mostradas, que precisam ser corrigidas.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a consecução dos objetivos aqui traçados e devido à pouca literatura sobre o Programa de Aquisição de Alimentos em Vitória da Conquista, foi utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo. Tal método é utilizado quando o conhecimento sobre determinado assunto é insuficiente para a explicação de um fenômeno e surge um problema. Os tipos de metodologia utilizados no trabalho, por sua vez, são os métodos de pesquisa exploratório e descritivo. Segundo Gil (2008), o método exploratório tem por intuito a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Visando criar maior familiaridade com o tema de pesquisa aqui proposto para a elaboração da hipótese, o método exploratório foi utilizado no referencial teórico.

Já o método descritivo tem por intuito primordial a descrição das características de determinada amostra ou o estabelecimento de relação entre variáveis e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados (GIL, 2008). No presente esboço, a parte descritiva será feita por meio do procedimento de estudo de caso com os atores sociais que participam do PAA no município de Vitória da Conquista. O estudo de caso se caracteriza pela análise profunda de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL, 2008).

Para tanto, as técnicas de pesquisa utilizadas para a coleta de dados são a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com gestores, agricultores familiares e instituições beneficiadas. Cabe destacar que a entrevista semiestruturada é empregada na obtenção dos



dados de fontes primárias e tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

As entrevistas ocorreram entre junho de 2018 e abril de 2019, e buscaram obter dados quantitativos e qualitativos. Para tanto, a amostra foi do tipo não probabilística intencional, isto é, não apresenta fundamentação matemática ou estatística (GIL, 2008). Foram entrevistados os agricultores familiares e os responsáveis pelas instituições beneficiadas que se dispuseram, de maneira espontânea, a responder ao questionário. Por fim, o recorte temporal da investigação ocorreu entre os anos de 2002 e 2018.

Em relação à área de estudo, o município de Vitória da Conquista, possui uma estimativa populacional de 338.885 habitantes, é o terceiro maior território do estado e a quinta maior economia da Bahia, com um Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$ 6 bilhões (SEI, 2018). No que tange à agricultura familiar, o município tem essa atividade econômica como modalidade predominante em seus estabelecimentos rurais, a qual é a responsável por grande parte do abastecimento alimentar e da ocupação da população local que trabalha na agricultura.

Sobre a situação da insegurança alimentar no município, o Diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia (2015)<sup>4</sup> aponta que predomina em Vitória da Conquista o tipo de insegurança alimentar classificada como leve em relação à *disponibilidade* (incentivo à agricultura familiar e a existência de cooperativas), *acesso* (informações sobre renda, desigualdade social, escolaridade e liderança familiar) e *consumo* (avalia o estado nutricional da criança e cobertura do aleitamento materno exclusivo). Todavia, no que se refere à dimensão biológica de *utilização dos nutrientes*, que valorizam os dados sobre a cobertura dos serviços de saúde e de mortalidade infantil, o município é classificado com insegurança alimentar moderada.

Os resultados dessa pesquisa permitem concluir, por um lado, que Vitória da Conquista, está em uma condição favorável em relação aos demais municípios do Território de Identidade (TI) Sudoeste Baiano, onde predomina a insegurança alimentar moderada quanto à disponibilidade, acesso e consumo. Isso ocorre, além dos fatores econômicos, porque o governo municipal de Vitória da Conquista procurou acompanhar às medidas propostas pela PNSAN desde 2003, quando foi criada a Estratégia Fome Zero.

---

<sup>4</sup> A metodologia utilizada classifica os indicadores em quatro dimensões: segurança alimentar e nutricional, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave.



Nesse sentido, em 23 de maio de 2005, foi sancionada a Lei nº 1278, que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do município de Vitória da Conquista. Segundo o artigo 1º da referida lei, O COMSEA, tem caráter consultivo e fiscalizador, constituindo-se em espaço de articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional. O avanço desses debates foi desmembrado no Decreto nº 13.364, de 26 de fevereiro de 2010, que institui a Comissão Intersecretarial, com o objetivo de acompanhar a execução e gestão de programas sociais e equipamentos públicos que integram a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional e que entende ser a insegurança alimentar um problema complexo, multifacetado, que merecia atenção de diferentes secretarias.

#### **4 A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**

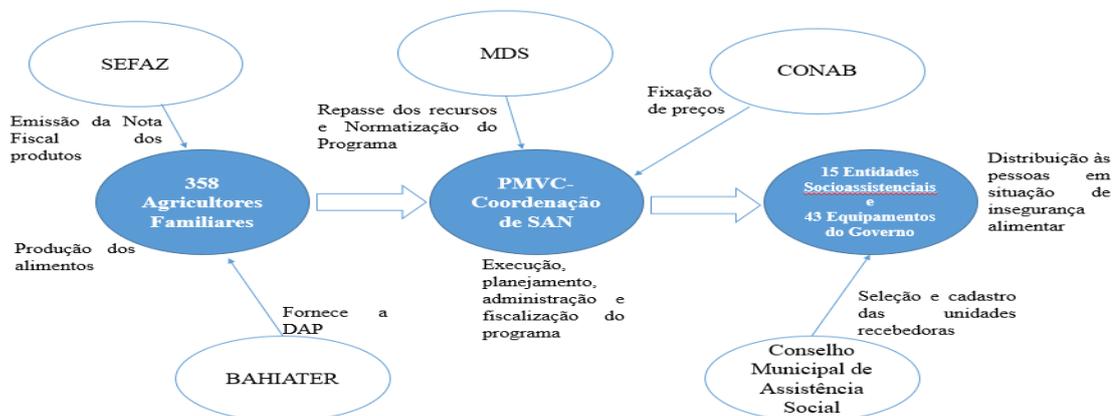
Esta seção busca apresentar e discutir as percepções dos gestores locais responsáveis pelo Programa de Aquisição de Alimentos em Vitória da Conquista/BA, O PAA no município se pautou no marco legal instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e, a priori, era executado pela Secretaria Municipal de Agricultura. Em 2010, por sua vez, quando houve o lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, a unidade executora passou a ser a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), através da Coordenação de Políticas Especiais de Inclusão Social. Esse órgão englobava a responsabilidade por distintas políticas sociais, como por exemplo, o Programa Bolsa Família; projetos de igualdade racial; os núcleos de inclusão produtiva e as ações de SAN, que incluíam, além do PAA, as Hortas Comunitárias e a fase inicial do Restaurante Popular.

Todavia, entre os anos de 2013 e 2014, houve uma reforma na SEMDES, onde se verificou a necessidade de criar um órgão específico para tratar das questões relacionadas à SAN. Foi então que foi designada a Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável por todas as políticas de SAN no município – o Programa de Aquisição de Alimentos, o Restaurante Popular, as Hortas Comunitárias, dentre outras.

Atualmente, o PAA é operado no município na modalidade de Compra Direta com Doação Simultânea (CDS), que permite a aquisição de alimentos dos agricultores familiares, com a dispensa de licitação, que são entregues às entidades socioassistenciais cadastradas

no Programa. O arranjo institucional existente no município e que é responsável pela execução e resultados do PAA pode ser observado na Figura 1 a seguir.

**Figura 1 - Arranjo Institucional do PAA em Vitória da Conquista/BA- 2018**



Fonte: Elaboração própria.

Vê-se, assim, que um aspecto importante do PAA é o despontar de uma rede de instituições diversas que compreende não apenas os agricultores familiares e as entidades socioassistenciais que recebem os alimentos, mas também órgãos das instâncias federal, estadual e municipal. Dentro da Coordenação de SAN, existe ainda a Coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos, composta por um coordenador específico para o Programa; um auxiliar administrativo e dois ajudantes de logística.

Para participar, o agricultor familiar deve obrigatoriamente possuir suas terras produtivas no município de Vitória da Conquista e fazer um cadastro na prefeitura, apresentar documentos pessoais, comprovante de residência e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Cada agricultor pode fornecer, em produtos, até R\$ 6.500,00 ao ano por DAP, valor fixado para a modalidade de Compra Direta com Doação Simultânea.

A entrega dos alimentos é feita pelos agricultores na Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional de Vitória da Conquista. Na compra, os produtos são pré-selecionados pela equipe da Coordenação do PAA para posterior pesagem. Essa pré-seleção é realizada pelo método visual, e visa garantir que os produtos que estejam fora do padrão para consumo não sejam incluídos. É então entregue um recibo para o produtor com a descrição da mercadoria, que deve ser encaminhado para a SEFAZ, onde é emitida a nota fiscal para o agricultor familiar. As notas fiscais são devolvidas à Coordenação do PAA, que lança as informações no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA) para que o MDS efetue os pagamentos em conta.

Os produtos comprados e doados pelo Programa de Aquisição de Alimentos em Vitória da Conquista englobam uma variedade de alimentos - frutas, verduras, hortaliças e até



produtos preparados -, o que mostra a importância nutricional da alimentação oferecida pelo Programa para reduzir a insegurança alimentar sobretudo no seu perfil mais grave. Os produtos adquiridos da agricultura familiar no município são distribuídos para as unidades receptoras também pela Coordenação do PAA. Para ser uma entidade beneficiária do Programa, o MDS exige que as instituições estejam cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social. Tal órgão é responsável pela escolha e indicação das instituições que possuem caráter filantrópico e que prestam serviço social.

O cronograma de entrega e de distribuição dos produtos é organizado pela Coordenação do Programa no município. Cabe, portanto, à unidade executora a responsabilidade pela logística do Programa o que onera sobretudo os municípios, que precisam arcar com a manutenção de uma estrutura física e a contratação de pessoal para auxiliar no planejamento, administração, execução e fiscalização do PPA em Vitória da Conquista. Ao governo federal compete, através do MDS e da CONAB, disponibilizar recursos para o Programa e fixar os preços dos produtos. Há, portanto, uma “terceirização” do PAA da instância federal para a municipal, o que pode desestimular municípios mais pobres a participarem do Programa, em virtude do aumento de responsabilidades e dos custos.

De acordo com a Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional, as principais dificuldades com o PAA são relativas aos recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal, cujos montantes são voláteis e têm se reduzido, o que prejudica o agricultor familiar que se planejou para vender um volume de produtos maior ao que de fato será comprado. Ademais, isso limita a quantidade de alimentos doados para as unidades receptoras.

Há ainda problemas relacionados ao transporte dos alimentos, uma vez que muitos agricultores precisam pagar frete para entregar os produtos, o que aumenta o custo de produção. Por fim, existe ainda o problema de falta de água em muitas regiões, sobretudo na Caatinga, o que reduz a quantidade e a variedade dos alimentos.

Além dessa análise subjetiva, os resultados e o desempenho do Programa no município mostram que não houve variações significativas no número de agricultores familiares que participam do PAA em Vitória da Conquista desde 2012 – cerca de 358 agricultores beneficiados. Isso comprova que o PAA ainda desempenha um papel importante na criação de mercados e na renda das famílias de agricultores.

Em relação ao total de unidades receptoras, que compreende as entidades socioassistenciais e os instrumentos do governo, nota-se que também não houve grandes variações ao longo dos anos. Todavia, ocorreu uma redução das entidades socioassistenciais entre os anos de 2012 para 2018 - reduzindo a quantidade de 33 para 15 – e um aumento dos equipamentos do governo atendidos - uma ampliação de 35 para 43. Esse movimento



pode ter sido motivado pela exigibilidade das instituições serem cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e não mais diretamente no Programa.

Outro ponto a se destacar é que a parceria com o governo federal não o obriga a disponibilizar recursos financeiros ao Programa – valor que já chegou a R\$1.375.000,00 e no ano 2018 recebeu menos da metade dessa quantia, R\$600.000,00. Como os recursos são disponibilizados anualmente, os agricultores e as entidades se cadastram sem saber ao certo quanto irá receber durante o ano. Tal fato, por sua vez, impacta na remuneração média dos agricultores familiares e na quantidade de alimentos recebida por entidade beneficiária.

No ano de 2015, quando o valor do exercício financeiro foi maior, a remuneração média chegou a R\$4.464,28, e em 2018, ano que foi liberado o menor volume de recursos, o valor médio anual recebido por agricultor familiar no município esteve em R\$1.675,98 (PEREIRA, 2019). Os dados mostram ainda que, apesar de ter ocorrido uma valorização no valor limite da categoria, de R\$ 4.500,00 para R\$6.500,00, a quantia média que cada agricultor pode receber por ano é muito inferior.

Em relação à quantidade de alimentos recebida pelas unidades beneficiadas, quando os valores executados para o PAA no município foram superiores aos outros exercícios, a quantidade de alimentos doada por instituição beneficiada foi maior. No ano de 2012 o valor médio anual foi de 10,29 toneladas de alimentos por unidade recebedora e, em 2018, houve uma redução para 4,14 toneladas, menos da metade da quantia inicial. É possível concluir, portanto, que apesar de não interferir na qualidade dos produtos, essa situação prejudica a quantidade de alimentos ofertada pelo PAA em Vitória da Conquista, o que pode comprometer a SAN das pessoas assistidas pelas unidades recebedoras.

## **5 A PARTICIPAÇÃO E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PAA SOBRE OS AGRICULTORES FAMILIARES DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**

O estudo de caso com os produtores de alimentos, por sua vez, permitiu caracterizar o perfil dos agricultores familiares do município. Das entrevistas com os dez produtores que aceitaram participar do estudo, observou-se que o programa no município é caracterizado pela heterogeneidade quanto ao perfil do agricultor, ao gênero, à idade, ao tamanho da família e ao grau de escolaridade. A maioria dos entrevistados foram do sexo masculino (60%), com idade entre 41 e 50 anos (60%), com núcleos familiares de duas pessoas (40%), e grau de escolaridade até o fundamental 1 incompleto (40%) ou ensino médio completo (40%).

Ademais, é possível concluir que o PAA em Vitória da Conquista está atendendo ao seu público alvo, uma vez que 80% dos entrevistados são agricultores familiares e 20%



integram comunidades quilombolas. Observa-se ainda que a participação de mulheres é expressiva e corresponde a 40% dos entrevistados. Tal porcentagem segue a Resolução do GGPAA, nº 44, de 16 de agosto de 2011, que adotou como critério de priorização na seleção e execução, a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade Compra com Doação Simultânea (BRASIL, 2018).

Quanto ao tempo de participação no Programa, a maioria dos entrevistados (40%) começou a participar do PAA a cerca de cinco anos, entre 2013 e 2014, quando foi criada a Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional no município. Destaca-se ainda que não foram encontrados agricultores que participam do Programa desde sua criação, em 2003. Isso mostra que houve fatores que influenciaram a descontinuidade na participação do PAA. Por outro lado, a rotatividade de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos em Vitória da Conquista nos últimos cinco anos é muito pequena. Destarte, as condições para manutenção no PAA parecem ter melhorado ou esse mercado se tornou mais atrativo do que outros meios de comercialização.

Além disso, seis agricultores familiares responderam que continuam a produzir os mesmos produtos e a mesma quantidade de alimentos e apenas quatro disseram que aumentaram a produção. Segundo a Entrevistada A, “a minha horta só não aumentou por conta da seca. Eu tive de escolher entre ter água para beber e plantar”. Essa informação mostra a importância de cisternas e de sistemas de irrigação no campo por meio de políticas públicas, uma vez que muitas famílias não possuem recursos suficientes para arcar com o investimento.

Antes da participação no Programa de Aquisição de Alimentos, o principal canal de comercialização eram as feiras livres (40%), seguidas do atravessador (30%). Havia ainda pessoas que vendiam seus produtos para os vizinhos (30%) e outra que começou a vender apenas depois do Programa (10%). Os entrevistados disseram que, quando não conseguem entregar os alimentos no PAA, continuam a vender para os outros canais de comercialização, com exceção do atravessador.

Assim, ainda que o Programa seja o principal canal de comercialização, Cavalcanti (2016) chama a atenção que os entrevistados ao afirmarem que ainda utilizam de outros meios para escoar a produção, mostra que o Programa de Aquisição de Alimentos não provoca a dependência nos participantes e que se mantêm ativos na atividade agrícola.

No entanto, o PAA no município de Vitória da Conquista foi importante sobretudo para gerar autonomia dos agricultores em relação a terceiros. Para Guareschi (2010), a figura do atravessador era um dos principais entraves à comercialização de produtos da agricultura familiar. Isso porque durante muito tempo os agricultores precisavam vender seus produtos a



terceiros por preço vil, o que gerava frustração e desestímulo. Ao assegurar aos agricultores a aquisição de seus produtos por meio do PAA, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remunerados, eles se sentem motivados a produzir.

Na percepção dos entrevistados, todos consideraram que houve um aumento na renda média da propriedade por conta do Programa, em maior ou menor proporção, a depender do ano e da quantidade vendida. A maior parte do valor adquirido no PAA, por sua vez, foi investida na propriedade (60%) e nas despesas pessoais (40%). Destarte, o Programa foi de suma importância tanto para a manutenção da atividade agrícola quanto para cobrir as despesas básicas das famílias produtoras, nas quais estão incluídos os gastos com alimentação. A maior parte da amostra (80%) afirmou ainda que não houve aumento da infraestrutura e extensão da propriedade depois que começou a participar do PAA. Apesar disso, 60% dos entrevistados consideram que houve uma melhoria significativa na qualidade de vida<sup>5</sup>, 10% responderam que teve uma melhoria média, 20% que a qualidade de vida melhorou pouco e 10% disse que foi indiferente.

Isso mostra o quanto grande parte das famílias que participam do Programa tinham dificuldades financeiras com suas despesas básicas. Logo, o PAA em Vitória da Conquista não proporcionou a aquisição de novas terras e de bens de maior valor aquisitivo, mas, na percepção dos entrevistados, as mudanças na qualidade de vida foram perceptíveis e significativas.

No que concerne à produção em si, metade dos agricultores disseram que havia perda de produtos antes de participar do Programa. Para o Entrevistado B, isso ocorria mais nos períodos chuvosos, que a produção era maior e quando não conseguia vender tudo. Os outros 50% dos entrevistados que não tinham perda de produção antes do PAA afirmam que isso ocorreria porque a horta era menor ou porque conseguiam vender mais barato em outros tipos de canais de comercialização.

No caso da agricultura familiar em Vitória da Conquista, os dados da pesquisa permitem concluir que mesmo antes do Programa os produtores já utilizavam técnicas que respeitam o meio ambiente e garantem a segurança alimentar e nutricional da produção. Assim, os produtos vendidos por 90% dos agricultores são de base agroecológica e essa pode ser considerada a principal agregação de valor de mercado.

---

<sup>5</sup> Segundo Cavalcanti (2016), ainda não se chegou a um modelo ideal que permita auferir o nível de qualidade de vida por envolver inúmeras variáveis - econômicas, políticas, ambientais, científicas, culturais – e por sua subjetividade. Por isso, optou-se no presente estudo por considerar a percepção dos entrevistados.



No que diz respeito ao valor limite recebido pelo Programa, metade dos agricultores consideram o limite baixo, 20% afirmaram que a quantia é razoável e outros 20% dos entrevistados classificaram o limite como bom. Os 10% da amostra que considerou o limite do valor pago pelo Programa como ótimo justificou sua avaliação dizendo que sua produção anual é muito inferior a R\$ 6.500,00. Entretanto, o valor médio recebido por agricultor em 2018 era de R\$ 1.675,98. Assim, apesar da maioria dos entrevistados considerarem que o limite deve aumentar, na prática, os efeitos dependem do total de recursos liberado pelo governo federal. As contradições só não são maiores porque nem todos os agricultores conseguem produzir até o limite máximo do PAA.

Na avaliação dos preços pagos, 60% dos entrevistados avaliaram como regular, 20% como bons e 20% como ruins. Todos os agricultores pontuaram que a avaliação dos preços pagos é relativa, depende do produto e da época. Isso porque os valores são fixados pela CONAB periodicamente a partir da cotação de mercado. Contudo, como os preços dos alimentos são muito voláteis, às vezes ocorre da tabela da CONAB está defasada.

Através dos relatos dos agricultores, fica evidente que as potencialidades do Programa de Aquisição de Alimentos em Vitória da Conquista estão em consonância com as principais motivações para entrar no Programa, que são a geração de renda e o escoamento. Os dados qualitativos mostram que o PAA trouxe benefícios diversos, para realidades também diversas, e que vieram a contribuir para criação de mercado local, a fixação no campo, autonomia e valorização econômica dos agricultores familiares do município. Além disso, com a renda auferida através do Programa, alguns agricultores afirmaram que melhoraram também a alimentação. Não obstante, em uma escala entre muito ruim e muito bom, 50% dos entrevistados avaliaram o Programa como muito bom, 40% como bom e 10% como regular.

Contudo, foram encontradas também algumas dificuldades com o PAA em Vitória da Conquista. Os principais pontos citados pelos agricultores foram: agendamento para entrega dos produtos (citado 08 vezes), descontinuidade do Programa (citado por 7), transporte (citado 02 vezes), dificuldade de atingir o limite de venda anual (citado 01 vez), burocracia (citado 01 vez) e os preços pagos (citado 01 vez). O agendamento para entrega dos produtos é feito pela Coordenação do PAA no município, mas depende dos recursos financeiros. “Eu já chequei a entregar duas vezes na semana e agora é uma vez no mês”, disse o Entrevistado E. A Entrevistada F afirma que “[...] ‘eles’ (a equipe do PAA) explica pra gente que isso é feito pra poder ajudar todos os agricultores, não ficar ninguém sem vender, mas às vezes demora de marcar e no dia do agendamento tá fora da época da colheita e não consigo vender muito”.

Outro ponto de dificuldade é a descontinuidade do Programa que ocorre todo ano entre o fim de um exercício e o início de outro. Para iniciar um exercício, contudo, é necessário



que o governo federal autorize a dotação orçamentária. Vê-se, assim, que os maiores problemas enfrentados pelos agricultores são consequências de aspectos financeiros, seja pelos cortes ou pelas interrupções dos recursos destinados ao PAA. Como posto por Cavalcanti (2016), o Programa não é caracterizado pela obrigatoriedade de estar incluído no orçamento federal. Logo, existe a necessidade do PAA não ser apenas uma política de Governo, mas de Estado, uma vez que, a política de Governo é sumarizada em mandatos, enquanto a de Estado é permanente.

Outra dificuldade apontada pelos entrevistados é relativa ao transporte, pois muito não possuem veículo próprio e precisam pagar frete, o que onera o custo de produção. Quanto a questão da burocracia, o agricultor que considerou ser essa uma dificuldade do Programa, citou que “é ruim ter de ir na SEFAZ emitir a nota fiscal. Seria bom se a gente conseguisse fazer tudo em um lugar só”. Já o agricultor que comentou a dificuldade de atingir o limite de venda anual, esta é relativa às condições climáticas.

Por fim, todos os entrevistados afirmaram que estão satisfeitos em exercer a atividade agrícola, mas 90% deles acreditam que se o Programa de Aquisição de Alimentos acabar, sua renda familiar irá diminuir. É possível então concluir que o PAA em Vitória da Conquista gerou impactos socioeconômicos no campo, evitando o êxodo rural, promovendo a autonomia dos agricultores, criando um mercado local e contribuindo na manutenção das despesas básicas das famílias produtoras.

Todavia, as transformações não foram maiores, principalmente, por conta dos recursos financeiros limitados pelo governo federal e devido à seca e a ausência de sistemas de irrigação. Esse contexto, na maioria das vezes, limitou o crescimento das áreas produtivas e a variedade dos alimentos, o que é fundamental para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional não apenas dos agricultores familiares, como da sociedade em geral. Na próxima seção serão apresentados os resultados da pesquisa sobre os impactos socioeconômicos do Programa de Aquisição de Alimentos para as unidades receptoras.

## **6 OS EFEITOS DO PAA NAS UNIDADES RECEBEDORAS DE ALIMENTOS**

As unidades receptoras que aceitaram participar da pesquisa constituíram uma amostra com sete instituições de diferentes atividades sociais, onde 01 se classifica como orfanato, 02 como creches, 01 como comunidade terapêutica, 01 como casa de acolhimento para pessoas em situação de rua, 01 como pastoral e 01 como atividade para pessoas com deficiência e seus acompanhantes. Logo, é possível concluir que o PAA atende indivíduos de diferentes faixas etárias e com distintos problemas sociais.



Quanto ao tempo de participação no Programa, a maioria dos coordenadores/diretores não souberam precisar a data alegando a mudança de gestão nas unidades receptoras e a falta de dados. Contudo, todos os entrevistados informaram que o Programa fortalece a relação da instituição com as pessoas atendidas e/ou com a população do município. Isso porque, como citado pela Coordenação do Lar Santa Catarina de Sena, “[...] apresentou-se uma melhoria significativa na variedade de alimentos ofertada aos beneficiários”. Vale destacar que o aumento da relação de confiança da comunidade com as unidades receptoras pode facilitar a instituição no desenvolvimento de novos trabalhos e possivelmente ter resultados ainda mais satisfatórios (CAVALCANTI, 2016).

Quanto à redução dos custos das refeições após o engajamento no PAA, somente a Creche Maria de Lourdes Torres informou que não houve impacto positivo. Tal fato pode ser explicado pelas observações de Cavalcanti (2016), cujo estudo comprovou que, para as escolas, os resultados do PAA não foram tão sentidos, tendo em vista a presença do PNAE (BRASIL, 2019).

Assim, a maior contribuição do PAA foi para as instituições de caráter filantrópico, que necessitam de doações para manter seu trabalho social. Ao questionar os entrevistados sobre se os consumidores tinham conhecimento da procedência dos alimentos, todos afirmaram que sim. Segundo Grisa et al (2011), a informação sobre a origem dos alimentos doados é importante pois reconecta a produção ao consumo local, o que se traduz em resgate e preservação de muitos costumes, hábitos e culturas. Contrapõe-se, destarte, ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (GRISA et al., 2011).

A pesquisa buscou ainda auferir até que ponto o Programa de Aquisição de Alimentos é importante para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional. Para tanto, foi perguntado aos responsáveis pelas instituições sobre quatro eixos principais que englobam o conceito de SAN, a saber: qualidade, quantidade, variedade e regularidade.

Foi possível perceber uma satisfação das unidades receptoras na grande maioria dos itens avaliados, o que reforça um contentamento com as ações desenvolvidas pelo Programa. O item qualidade foi o mais bem avaliado, sendo a opção “Boa” representativa para 57,14% do total de entrevistados e a opção “Muito Boa” escolhida por 14,29%. Ademais, nenhum dos representantes das unidades receptoras avaliou a qualidade dos alimentos com “Ruim” ou “Muito Ruim”.

As avaliações pertinentes à quantidade e variedade dos produtos doados pelo PAA também foram positivas, porém com percentuais de satisfação entre “Regular” e “Bom”.



Quanto à regularidade da entrega, contudo, os resultados da análise não demonstraram muito contentamento, sendo avaliado como “Ruim” por 28,57% dos entrevistados, “Regular” por 42,86% e “Bom” por 28,57% da amostra. Isso se justifica porque, para muitos representantes das unidades receptoras, a quantidade de duas vezes por mês para entrega dos alimentos é baixa, ponto que poderia ser melhorado.

Vê-se, assim, que, se por um lado, como mostrado no tópico anterior, há o interesse dos agricultores familiares em aumentar a frequência das entregas dos seus produtos, por outro lado, os beneficiários também gostariam que fosse ampliada a regularidade do recebimento. Todavia, tal fato refere-se à problemática da restrição orçamentária e à escala que, segundo a Coordenação do PAA, é pensada de forma a atender todos os agricultores e instituições inscritas no Programa.

O estudo buscou também verificar a percepção dos beneficiários recebedores sobre as consequências que ocorreriam caso o Programa fosse extinto no município em questão. Para mais da metade dos entrevistados, caso o PAA acabasse, a qualidade (57,14%), a quantidade (85,71%) e a regularidade (85,71%) da alimentação ofertada pelas instituições seriam prejudicadas, o que comprometeria a SAN dos consumidores.

Quando questionados ainda sobre as potencialidades do Programa de Aquisição de Alimentos, os entrevistados reconhecem a importância dos produtos recebidos para complemento da alimentação das pessoas em situação de vulnerabilidade social:

“Trouxe maior variedade de alimentos. Na creche, melhorou a qualidade da merenda” (Creche Maria de Lourdes Torres).

“Ajuda a ter uma alimentação saudável, com produtos de qualidade” (CREAME).

As informações apresentadas ressaltam, portanto, que os principais pontos positivos do PAA são justamente a redução da insegurança alimentar, na medida em que o Programa melhora a quantidade, a qualidade, a variedade e a regularidade da alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Já os entraves identificados pelas unidades receptoras no Programa de Aquisição de Alimentos foram: a regularidade da entrega, decorrente da limitação de recursos financeiros; a falta de alguns produtos aleatoriamente, causada pela sazonalidade e pela seca; a demora para o início do exercício do Programa todo início de ano; a armazenagem inadequada das folhagens no galpão da Coordenação da SAN, o que faz com que alguns alimentos estraguem e a falta de transporte para levar os alimentos até a instituição.

Vê-se, destarte, que as falhas aqui apontadas comprometem a legitimidade dos avanços já alcançados e que se faz pertinente que o governo federal amplie sua participação no Programa, reduzindo a burocracia, aumentando o investimento, mantendo os marcos



legais e reativando o CONSEA, além de dividir melhor a responsabilidade pela gestão do Programa com o governo local. Por fim, cabe ressaltar que mais que uma política com viés social, o Programa de Aquisição de Alimentos tem grande relevância econômica para a política de comercialização no Brasil e para o abastecimento alimentar interno, merecendo ser aprimorado.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo verificou que o PAA tem grande importância socioeconômica para seus beneficiários de Vitória da Conquista/BA. As percepções dos produtores entrevistados apontam que o PAA trouxe benefícios diversos, para realidades também diversas, e que vieram a contribuir para criação de mercado local, fixação no campo, autonomia e valorização econômica dos agricultores familiares do município.

Ademais, com a renda auferida através do Programa, alguns agricultores afirmaram que melhoraram também a alimentação. Contudo, em algumas regiões, a seca tem dificultado o aumento da produtividade que é pretendida pelo Programa. Já as instituições receptoras de alimentos, confirmaram que, com o PAA, houve a redução da insegurança alimentar, ressaltando principalmente a qualidade e a variedade dos produtos doados. O Programa permitiu ainda o fortalecimento da relação das instituições com a sociedade.

Todavia, foram identificados diversos pontos negativos no Programa, ocasionados sobretudo pela redução dos investimentos e das responsabilidades atribuídas ao governo federal, que onera sobremaneira os municípios e dificulta a adesão ou continuidade destes no PAA. As principais dificuldades identificadas foram: o reduzido volume de alimentos comprados e distribuídos, a falta de sistema de irrigação para reduzir os danos causados pela seca, o transporte, a armazenagem dos produtos e a burocracia. Essas falhas comprometem os avanços alcançados e se faz pertinente que o governo federal amplie sua participação no Programa, aumentando os recursos financeiros, mantendo os marcos legais, além de dividir melhor a responsabilidade pela gestão do Programa com o governo local.

As dificuldades encontradas durante a pesquisa foram a existência de poucos trabalhos científicos sobre o PAA em Vitória da Conquista, a ausência de dados e documentos oficiais anteriores ao ano de 2012 e a falta de informações sobre as instituições receptoras. Ademais, a demora em começar a execução do exercício, que depende da liberação dos recursos pelo governo federal, dificultou a localização e disponibilidade dos atores sociais, limitando o tamanho da amostra entrevistada.



Logo, este esboço abre caminho para a gestão pública municipal e federal e estudos posteriores. Como sugestão para outros trabalhos, pode-se ainda verificar os efeitos da pandemia para beneficiários fornecedores e consumidores que participam do PAA. Além disso, a pesquisa pode ser realizada em períodos ou municípios diferentes.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia-CONSEA. **Diagnóstico da segurança alimentar e nutricional do estado da Bahia**. Salvador, 2015.

BARRETO, Rodolfo Prado. **Análise de desempenho dos stakeholders voltados ao programa de aquisição de alimentos (paa), por meio do estudo de multicaseos no território rural de serra da mesa em Goiás**. Goiânia. 2015. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal de Goiás, 2015. 137 p.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Programa de aquisição de alimentos – paa: **resultados das ações da Conab em 2017**. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 04 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Fome Zero**: programas e ações. [2003?]. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes>>. Acesso em: 07 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 14 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CAVALVANTI, Nathália Thaynã Farias. **Diagnóstico socioeconômico do programa de aquisição de alimentos no município de Monteiro- PB**. Araras. 2016. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural), Universidade Federal de São Carlos, 2016. 146 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.



GOMES JUNIOR, Newton Narciso; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Segurança Alimentar e Nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. In: \_\_\_\_\_.; RAMOS, Pedro. **Segurança alimentar**: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas: Alínea, 2010. p.16-26.

GRARESCHI, Amanda. **A operacionalização da política de segurança alimentar**: o caso do programa de aquisição de alimentos em Tenente Portela, RS. Porto Alegre. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. 114 p.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco.; MALUF, Renato Sergio, LEITE, Sergio Pereira. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agrícolturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

PEREIRA, Gisele Paixão. **Programa de aquisição de alimentos e segurança alimentar e nutricional**: uma análise sobre o município de Vitória da Conquista/Ba (2002-2018). 2019. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2019. 105 p.

SILVA, Juliana Bueno da; LORENZO, Helena Carvalho de. DINIZ, Eliezer M; BERMANN, Celio. Análise Do Programa De Aquisição De Alimentos (PAA) A Partir De Unidades Recebedoras Em Municípios Da Região Administrativa Central Do Estado De São Paulo. **Temas de Administração Pública**. Araraquara, v. 10, n. 12, p.1-26. 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA -SEI. **Produto interno bruto dos municípios**. SEI, [2018]. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2768&catid=10&Itemid=565](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2768&catid=10&Itemid=565)>. Acesso em: 16 dez. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADARES, Alexandre Arbex; SOUZA, Marcelo Galiza Pereira de. A trajetória recente do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (paa): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. In: INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. **Nota técnica**. [S.l.]: Ipea, dez. 2015. p.1-15.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Decreto nº 13.364, de 26 de fevereiro de 2010, que institui comissão intersecretarial para acompanhar a gestão e execução de programas e projetos sociais que integram a política municipal de segurança alimentar e nutricional. **Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/BA**. Vitória da Conquista, BA, 26 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1278, de 23 de maio de 2005, que cria o conselho municipal de segurança alimentar e nutricional - COMSEA - do município de Vitória da Conquista. **Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/BA**. Vitória da Conquista, BA, 23 mai. 2005.